



Vestindo a *Wehrmacht*: as exportações brasileiras de algodão para a Alemanha, 1934-1940

Dressing the Wehrmacht: Brazilian cotton exports to Germany, 1934-1940

Henrique Pons Agnelli¹

RESUMO: Este artigo tem como objetivo investigar o crescimento do comércio brasileiro de algodão com a Alemanha entre o início do surto algodoeiro em 1934 e o fim das exportações ao país com o início da Segunda Guerra Mundial. No intuito de analisar o interesse estrangeiro pelo produto e avaliar o significado da demanda alemã pela fibra, além de compreender a importância dessas transações no conjunto das contas externas brasileiras e as percepções e implicações diplomáticas desse comércio, em especial com os Estados Unidos, o artigo resgata dados de produção, dados do setor externo e autores que tratam do desenvolvimento da cotonicultura brasileira e das relações diplomáticas e comerciais com os Estados Unidos e a Alemanha no período.

Palavras-chave: Era Vargas. Algodão. Setor Externo.

ABSTRACT: This article investigates the development of Brazilian cotton trade with Germany between the outset of the 1930's Brazilian cotton surge and the last cotton exports to Germany at the beginning of the Second World War. In order to analyze foreign interest in the product and evaluate the significance of these transactions in German demand for cotton, as well understand its importance in the Brazilian balance of payments and its diplomatic implications, especially with the United States, this article examines production and external trade data in addition to literature regarding Brazilian cotton development and Brazilian commercial and diplomatic relations with Germany and the United States during the Vargas Era.

Key-words: Vargas Era. Cotton. External Trade.

¹ Bacharel em Ciências Econômicas (FEA-USP), mestrando em História Econômica (FFLCH-USP) e bolsista FAPESP. Email: henrique.agnelli@usp.br



Introdução

Explorado no Brasil em pequena escala desde a época colonial para a fabricação de tecidos simples, além de já conhecido e utilizado pelos povos indígenas, o algodão se torna a principal matéria prima transacionada no mercado internacional a partir do advento do tear mecânico na Revolução Industrial, que condicionou seu cultivo à demanda dos grandes centros manufatureiros têxteis. Em um contexto de mudanças de preços relativos oriundos da crise do café, fortalecimento da demanda nacional pelo produto, avanços tecnológicos promovidos por institutos governamentais de pesquisa e outras políticas públicas de incentivo, a cotonicultura brasileira atravessou um período de importante crescimento durante a década de 1930 relacionado também a transformações da demanda internacional pelo produto.

Evoluindo de 11,7 mil toneladas em 1933² para 288,3 mil toneladas em 1941³, as exportações de algodão desempenhariam um importante papel na balança comercial brasileira do período, superando o serviço da dívida externa em todos os anos a partir de 1934 (geralmente em mais de duas vezes) e gerando divisas equivalentes, em média, a 19% das importações totais até 1941⁴, período no qual também figuraria como segundo colocado na pauta de exportações do país, atrás apenas do café⁵. Tratava-se do segundo surto de exportação de algodão no país, porém com uma diferença fundamental em relação ao primeiro, determinado pela quebra do abastecimento mundial decorrente da Guerra Civil dos Estados Unidos: as tecelagens britânicas não seriam o único destino da fibra brasileira.

Tendo na Alemanha de Hitler um de seus mais importantes destinos, o algodão produzido durante a segunda metade da década de 1930 significou mais que um simples comércio de matérias primas entre agentes privados de duas nações pouco interessadas na questão: se tratava de um comércio arriscado para o Brasil, com ganhos potenciais

² BRANDIS, Royall. Cotton competition, U.S. and Brazil: 1929-1948. *American Journal of Agricultural Economics*, v. 34, 1952.

³ BRASIL. IBGE. Anuário Estatístico do Brasil - 1941/45. Rio de Janeiro, 1946.

⁴ BRASIL. IBGE. Anuário Estatístico do Brasil - 1946. Rio de Janeiro, 1947 (importações e saldos, todos os anos); BRASIL. IBGE. Anuário Estatístico do Brasil - 1936. Rio de Janeiro, 1936 (1934 a 1936); BRASIL. IBGE. Anuário Estatístico do Brasil - 1939/1940. Rio de Janeiro, 1941 (1937 a 1939); BRASIL, 1946 (1940 e 1941).

⁵ BRASIL, 1941; BRASIL, 1946.



para além das exportações em si, e de um comércio fundamental para a Alemanha, que voltava suas energias aos preparativos de guerra. Com implicações diplomáticas que ultrapassaram as relações teuto-brasileiras, o algodão foi objeto fundamental das renegociações dos acordos bilaterais entre os países e importante aspecto da relação entre Brasil e Alemanha nos anos que antecederam a Segunda Guerra Mundial.

Assim, este artigo pretende apresentar as relações estabelecidas a partir do comércio de algodão brasileiro com a Alemanha, seus motivos e implicações econômicas e diplomáticas, em especial com a Alemanha e os Estados Unidos, a partir de base documental e historiográfica. Tendo em vista as transformações atravessadas pelo Brasil e pelo mundo na década de 1930, de acirramento dos conflitos internacionais e de crise do liberalismo e do multilateralismo nas relações comerciais mundiais, o artigo pretende identificar a importância da economia brasileira do algodão para a economia alemã em rearmamento e para a estratégia brasileira de inserção comercial no país e, com isso, expor as relações articuladas a partir desse comércio.

As relações comerciais durante a década de 1930

Antes e durante a Segunda Guerra Mundial, o Império Britânico se encontrava em situação privilegiada para operar suas indústrias têxteis, abastecido por suas colônias e aliados, em especial Egito, Índia e Estados Unidos. Do outro lado do conflito emergente, o esforço de guerra e o desenvolvimento econômico ampliavam a demanda por fibras têxteis e dificultavam o abastecimento das potências do Eixo, o que levou o Brasil a despontar como importante fornecedor de algodão para esses países. Essa relação seria observada desde cedo por Caio Prado Jr., destacada pelo autor inclusive como razão para o desenvolvimento algodoeiro no período:



A Alemanha e o Japão procuram outros fornecedores para sua indústria têxtil; [...] O Brasil apresentava excelentes condições para aquele fim: a decadência da lavoura cafeeira tornara disponíveis grandes áreas de terras aproveitáveis e já preparadas, mão-de-obra abundante, recursos técnicos (transportes, aparelhamento agrônomico e comercial) que se podiam facilmente aproveitar para a nova cultura. Foi possível atacá-la em larga escala, e de um momento para outro a produção brasileira de algodão ascende para altos níveis, começando o país a figurar entre os grandes fornecedores internacionais da fibra⁶.

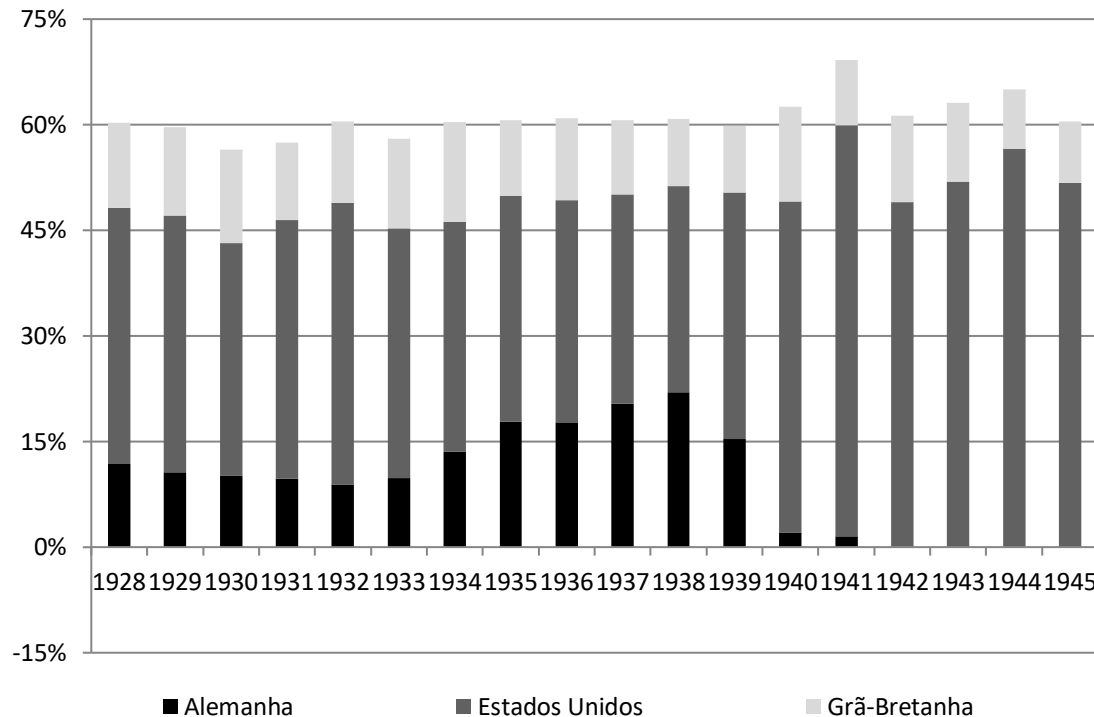
De fato, o crescimento da produção brasileira de algodão seria acompanhado por importante aumento das exportações para a Alemanha e para o Japão, correspondendo o produto respectivamente a 34% e 92% das exportações totais aos países entre 1937 e 1939⁷. Partindo de montantes negligenciáveis em anos anteriores, enfim, o crescimento do comércio de algodão que superava o crescimento das relações comerciais em geral com esses países reforçava o movimento que reduzia a importância relativa dos mais tradicionais parceiros econômicos do Brasil: Inglaterra, Estados Unidos e França.

⁶ PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. 35 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, p. 276-277.

⁷ BRASIL, 1941, p. 400, 418.



Gráfico 1 – Participação dos principais parceiros comerciais no conjunto de importações e exportações brasileiras (1928-1945)



Fontes: BRASIL, 1941a, p. 1365-1370 (1928 até 1939); BRASIL, 1946, p. 246-251 (1940 até 1944); BRASIL, 1947, p. 281-286 (1945).

Correspondendo a 11% das importações e exportações totais brasileiras em média nos anos de 1928 e 1929, a cifra da participação alemã não foi impactada significativamente pela Crise de 1929, reduzida a 10% nos anos entre 1930 e 1933, ainda que o valor total transacionado tenha caído em 1932 à quarta parte do observado em 1928. A partir de 1934, entretanto, no momento em que o comércio exterior volta a crescer e quando se inicia o surto algodoeiro, a Alemanha ganha progressivamente maior importância, evoluindo a 18% em 1935, quando supera significativamente a Inglaterra, 20% em 1937 e 22% em 1938, ponto mais baixo da participação estadunidense, em 29%⁸.

⁸ É necessário relativizar, entretanto, essas proporções: “As conquistas alemãs no mercado brasileiro são, contudo, exageradas pelo fato de que as importações provenientes da Alemanha estavam sobrevalorizadas em 20%, pois as estatísticas brasileiras computavam as faturas em *Reichsmark* e não em marcos de compensação. [...] Na verdade, a participação conjunta de importações provenientes da Alemanha e do Reino Unido manteve-se regularmente entre 28 e 32% do total entre 1933 e 1938, enquanto a participação norte-americana ficava em torno de 23 a 25%. O que ocorreu foi a significativa substituição de produtos britânicos por alemães”. ABREU, Marcelo de Paiva. *O Brasil e a economia mundial: 1930-1945*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, p. 192. É importante ressaltar que o gráfico ilustra uma composição de importações e exportações, não diretamente comparável com as proporções relatadas por Abreu.



Ampliada a participação alemã nas exportações totais de 8% em 1933 a 16% em 1935 e 19% em 1938, o destaque da Alemanha seria ainda mais claro na pauta de importações brasileira, onde o país passaria a figurar de 12% a 20% e, finalmente, 25% nos mesmos intervalos⁹, sendo a principal, ou segunda mais importante, origem de diversos produtos industrializados consumidos domesticamente:

Tabela 1 – Participação alemã nas importações de alguns produtos selecionados (1936-1938)

Mil Contos de réis Produto	Importação total			Participação alemã		
	1936	1937	1938	1936	1937	1938
Ferramentas e utensílios	55,6	71,1	55,5	43%	43%	54%
Maquinas de fiação e tecelagem	48,9	80,0	87,1	43%	37%	37%
Ferro e aço em chapas	46,4	76,6	47,0	62%	37%	34%
Máquinas de costura	45,9	61,5	49,7	36%	35%	32%
Anilinas e correlatos	42,0	46,2	40,6	65%	69%	66%
Ferro e aço em barra	36,2	62,9	51,4	74%	62%	70%
Fármacos	25,4	27,6	58,8	61%	70%	58%
Dínamos e geradores elétricos	23,7	41,3	34,0	42%	48%	44%
Máquinas de escrever	17,5	26,7	20,7	34%	42%	39%
Aubos químicos	15,6	3,0	23,8	76%	58%	54%
Cimento	14,3	11,7	9,6	61%	76%	79%

Fonte: BRASIL, 1941a, p. 424-431.

Com a queda da participação alemã a partir de 1939, os Estados Unidos consolidariam posição ainda mais proeminente do que a que ocupavam até então, equivalendo suas compras e vendas a 60% do total transacionado pelo Brasil em 1941. De sua posição de destaque, contudo, os Estados Unidos contestaram a ascensão alemã e, ainda que esta não lhe tirasse o status de principal parceiro comercial do Brasil¹⁰, colocaram em questão o comércio teuto-brasileiro que amadurecia.

O comércio de compensação, suas implicações diplomáticas e seus antecedentes

⁹ 12%, 16% e 20% segundo *ibidem*, p. 193.

¹⁰ Abreu afirma inclusive que a participação norte-americana no mercado brasileiro “de fato aumentou entre 1933 e 1938”. *Ibidem*, p. 163.



A inflexão observada no comércio com a Alemanha em 1934 coincide com o ano de assinatura do acordo bilateral de comércio de compensação, a partir do qual os países transacionariam mercadorias por meio de moedas inconversíveis, capazes de adquirir produtos apenas entre os signatários do acordo e passíveis de acumulação caso não fossem utilizadas, com a promessa de compras futuras¹¹. Esse modelo de comércio garantia que qualquer mercadoria vendida à Alemanha geraria divisas que não poderiam importar produtos de outros países, assegurando o consumo brasileiro de produtos alemães, e permitia que a Alemanha poupasse suas divisas conversíveis ao mesmo tempo em que importava mercadorias importantes. O sistema era uma resposta à drástica redução das reservas alemãs de ouro e de moedas estrangeiras, de 2.806 milhões de marcos em 1930 para menos de 100 milhões em 1935¹², e implicava um financiamento intertemporal dos signatários do acordo à Alemanha, uma espécie de dívida já que, diferente de um superávit comercial tradicional, os saldos em marcos de compensação não poderiam ser liquidados através do comércio com outras nações nem poderiam pagar dívidas com outros países.

Além de conveniente para a Alemanha, a assinatura do acordo por parte do Brasil atendia a um conjunto específico de interesses nacionais, em especial a ampliação dos mercados a produtos politicamente importantes, como couros, lã, arroz, carne, fumo e banha significativos para o Rio Grande do Sul e interessantes para a Alemanha¹³, maior acesso a equipamentos para reaparelhamento do exército¹⁴ e a possibilidade de aquisição de produtos manufaturados com preços relativos mais favoráveis, fruto do subsídio

¹¹ “Eventuais saldos comerciais bilaterais resultariam na acumulação de depósitos inconversíveis em mil réis ou marcos compensados caso a Alemanha ou Brasil vendessem mais do que comprassem no outro mercado”. ABREU, Marcelo de Paiva. *A Ordem do Progresso: Dois séculos de política econômica no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2014, p. 91.

¹² DEIST, Wilhelm; MESSERSCHMIDT, Manfred; VOLKMANN, Hans-Erich; WETTE, Wolfram. *Germany and the Second World War: The Build-up of German Aggression*. Oxford: Clarendon Press, 1990, p. 229

¹³ ABREU, Op. Cit., 1999, p. 161.

¹⁴ Vale ressaltar que este ponto não teria influenciado a decisão de assinar o acordo segundo Abreu, ainda que a expansão do comércio teuto-brasileiro tenha também beneficiado setores militares: “A sugestão de que o envolvimento dos militares teria sido importante na tomada de decisões relativa à introdução de acordos de compensação, baseado na esperança de que essa política facilitasse a aquisição de equipamento militar extremamente necessário, parece um pouco exagerada no que diz respeito a um período tão precoce”. Ibidem, p. 161.



alemão a mercadorias exportadas em marcos compensados, especialmente maquinaria e equipamentos de escritório.

A expansão do comércio teuto-brasileiro favorecia exportadores (que não dispunham de mercados alternativos), importadores, consumidores (que tinham acesso a bens a preços vantajosos que não seriam importados na mesma quantidade no caso de cessar o comércio de compensação) e militares. A adoção desta política era, além disto, vital do ponto de vista político, pois Vargas dependia do apoio dos estados mais afetados¹⁵.

Os riscos para as relações com os Estados Unidos e com a Grã-Bretanha associados a esse acordo eram, entretanto, notórios, evidenciado inclusive pelas palavras de Getúlio Vargas em seu diário em maio de 1937:

O convênio alemão, feito em marcos de compensação, desperta queixas do governo americano pela concorrência desigual que faz a produtos tipicamente americanos no mercado brasileiro. Os americanos afirmam que isso constitui uma violação do nosso tratado de comércio com os Estados Unidos. A federação econômica constituída pelo império britânico procura restringir a entrada de nossas carnes, onerando com taxas ou reduzindo as quotas de importação¹⁶.

As diversas críticas estadunidenses em distintos momentos de renegociação do acordo miravam no cerne da política comercial brasileira com a Alemanha, censurando o uso de divisas inconvertíveis, inadequadas para a liquidação de dívidas e atrasados comerciais, e a política alemã de subsídio às indústrias exportadoras, responsável pela concorrência desleal com produtos estadunidenses e, portanto, danosa à cláusula de “nação mais favorecida” assinada entre os países. Autoridades brasileiras repetidamente argumentavam que o país estava comprometido com o multilateralismo e que o comércio de compensação era uma solução temporária para problemas imediatos. De seu lado, a Alemanha negava a política de subsídios e afirmava que as medidas tomadas eram comparáveis às amplamente praticadas desvalorizações cambiais, acusando os Estados

¹⁵ ABREU, Op. Cit., 2014, p. 94.

¹⁶ VARGAS, Getúlio. *Diário*: Volume II, 1937-1942. 1 ed. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995, p. 43. É curioso destacar que Abreu não vê ameaças por parte da Grã-Bretanha ao tratado assinado com a Alemanha: “O Reino Unido, apesar de obviamente atingido pela expansão do comércio de compensação, não protestou quer contra a existência de tratamento discriminatório na distribuição do câmbio, dado o precedente do acordo Roca-Runciman na Argentina, quer contra o fato de se estar negociando o marco de compensação a uma taxa inferior ao valor em ouro do *Reichsmark*, dado que a libra também se desvalorizara em relação ao seu valor em ouro”. ABREU, Op. Cit., 1999, p. 165.



Unidos de tentar forçar o Brasil a tomar decisões prejudiciais a si próprio, além de prejudiciais à Alemanha, por meio do poder de barganha que possuíam.

A depender da interpretação, diferentes razões levaram os Estados Unidos a optar por não agir mais diretamente e aplicar medidas retaliatórias contra o esquema de compensação: apontadas tanto uma defesa de seus interesses de longo prazo, que não envolviam uma afronta direta à Alemanha nem ao Brasil¹⁷, quanto uma falta de força naquele momento para impor sua agenda¹⁸, a tolerância estadunidense com o comércio bilateral teuto-brasileiro advinha da noção de que o verdadeiro prejudicado pela expansão comercial alemã na América Latina era a Inglaterra, não os Estados Unidos¹⁹, além da ideia de que o mecanismo alemão de subsídios seria insustentável no longo prazo:

Os Estados Unidos não sofreram nenhuma perda significativa com exceção do México, [...] a Alemanha está desafiando o comércio estadunidense no Brasil, Chile e Uruguai, [mas] seus ganhos foram feitos em praticamente todos os casos às custas do Reino Unido, ou de algum outro país, ao invés de às custas dos Estados Unidos²⁰.

¹⁷ ABREU, Op. Cit., 1999, p. 167, 180.

¹⁸ CORSI, Francisco Luiz. O projeto de desenvolvimento de Vargas, a Missão Oswaldo Aranha e os rumos da economia brasileira. In: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra (org.). *A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo: Editora Unesp, 2012, p. 230.

¹⁹ Sobre esta questão, cabe destacar que Marcelo de Paiva Abreu também faz uma leitura semelhante: “Embora a concorrência alemã obviamente afetasse as exportações dos Estados Unidos, especialmente no caso de bens de consumo duráveis, não era bastante para minar a participação global norte-americana no mercado brasileiro, que de fato aumentou entre 1933 e 1938. Foram as importações britânicas tradicionais [...] as principais vítimas da competição alemã, apesar dos constantes protestos norte-americanos a respeito das consequências danosas para suas exportações do comércio de compensação entre Brasil e Alemanha”. ABREU, Op. Cit., 1999, p. 163.

²⁰ Tradução nossa. Original: “The United States has suffered no serious reversals except in Mexico, [...] Germany is challenging American trade in Brazil, Chile and Uruguay. [But] The German gains in practically all cases have been made at the expense of the United Kingdom, or some other country, rather than at the expense of the United States”. BIDWELL, Percy Wells. Latin America, Germany and the Hull Program. *Foreign Affairs*, v. 17, n. 2, 1939, p. 379.



Esperar pacientemente pode parecer insatisfatório para aqueles cujas emoções demandam ação, mas não seria de todo ilógico. Em primeiro lugar, pode-se argumentar que o tiro alemão já foi dado. Arrancadas comerciais repentinas geralmente resultam de estímulos agressivos de novas políticas comerciais. [...] Assumir que um novo ganho proporcional a esse seja possível nos próximos anos utilizando os mesmos métodos é um erro grosseiro. A curva de ganhos da Alemanha já mostra sinais de achatamento. Eventualmente, e no futuro não muito distante, a habilidade alemã de exportar e importar vai depender de sua posição econômica subjacente, de sua habilidade de produzir bem e barato²¹.

A conclusão da questão parece ser que a política alemã não representa nenhuma ameaça ao comércio estadunidense, ou à economia dos Estados Unidos no geral [...]. Sob estas circunstâncias, parece não haver justificativa para uma mudança de curso na política dos Estados Unidos²².

Se as intenções estadunidenses com relação ao tratado de compensação teuto-brasileiro pareciam incertas, os motivos alemães eram firmes e claros. Permeada por determinantes políticas, a estratégia alemã de poupar divisas conversíveis e subsidiar exportações compensatórias de matérias-primas estrangeiras em 1934 já fazia parte do programa nazista de preparo para a guerra. Desde a subida de Hitler ao poder com a Lei de Concessão de Plenos Poderes de 1933, a militarização do país se tornou a principal preocupação das lideranças e a economia teria de se sujeitar às mudanças necessárias para a guerra ainda em tempos de paz, que não seriam longevos a depender da ideologia do novo líder²³. O preparo para a guerra imperava e o aumento do número de aliados comerciais que viabilizassem o reequipamento militar do país era parte desse esforço.

²¹ Tradução nossa. Original: “‘Sitting tight’ seems unsatisfactory to those whose emotions demand action. But it is not without logical justification. In the first place, it may be argued that German bolt is shot. Sudden spurts in trade activity often result from sharp stimulus of a new commercial policy. [...] But to assume that a proportionate or even an equal gain can be achieved by the same methods in the next few years is probably a gross error. The curve of German gains already shows signs of flattening out. Eventually, and in the not distant future, Germany’s ability to export and import will depend on her underlying economic position, upon her ability to produce well and cheaply”. Ibidem, p. 386.

²² Tradução nossa. Original: “The conclusion of the matter seems to be that German policy presents no threat to American trade, or American economy generally [...]. Under the circumstances, there seems to be no justification for a *volte face* in American policy”. Ibidem, p. 390.

²³ Ninguém tinha dúvidas sobre a natureza belicista e expansionista do novo governo a assumir o poder na Alemanha, conforme as declarações do ditador: “aquele que não quer lutar neste mundo, onde o esforço permanente é a lei da vida, não tem o direito de existir” e “o pacifismo é vicioso e seus aderentes são inimigos de todas as heroicas virtudes raciais, em busca de convencer as pessoas de que elas não precisam estar prontas para derramar seu sangue na luta por mercados para seus produtos”. Traduções nossas. Originais: “He who does not wish to fight in this world, where permanent struggle is the law of life, has not the right to exist” e “Pacifism was ‘vicious’ and its adherents were ‘enemies and opponents of all heroic racial (volkisch) virtues’, seeking to persuade people that they need not ‘be ready to fight for markets for their goods with the shedding of their blood’”. HITLER, Adolf. *Mein Kampf*. Munich, 1939; HITLER, Adolf. *Hitlers zweites Buch: ein Dokument aus dem Jahr 1928*. Stuttgart, 1961, apud DEIST, et al., Op. Cit., p. 19-20



A expansão comercial alemã que alcançou o Brasil ainda na primeira metade da década já seguia recomendações de especialistas militares em economia de guerra, que tomavam como conclusão da Primeira Guerra o fato de que os preparativos não deveriam ser limitados às necessidades operacionais das forças armadas. As “inesperadamente pesadas batalhas de material”²⁴ e as dificuldades impostas pelo bloqueio inimigo, incluindo a política britânica de interceptação de carregamentos de algodão destinados a nações neutras na Europa, ensinaram que o país deveria garantir igualmente as necessidades materiais do exército e da população civil e, para tanto, deveriam atribuir ao Estado a responsabilidade por “determinar a quantidade de matérias-primas necessárias para a economia como um todo”, “armazenar bens e matérias-primas indisponíveis na futura zona de guerra” e “rearranjar sistematicamente as relações econômicas externas tendo em vista a proteção contra o bloqueio de suprimentos”²⁵.

A estratégia de supervisão e regulação da aquisição, distribuição, armazenamento, venda e uso de matérias-primas por parte do governo alemão, que diferenciava a forma de planificação econômica alemã de outros sistemas em ascensão no mundo protecionista do pós-crise de 1929, estava relacionada, enfim, à ideia de “autarquia” que prevalecia entre ideólogos do regime, que ditava que a força e a autonomia de um país dependiam de sua capacidade de suprir suas próprias necessidades. As transformações da economia alemã, dessa forma, eram reflexo do conceito de “espaço vital” que guiara seu expansionismo desde antes da Primeira Guerra Mundial, de uma busca por “dominação e ocupação do espaço inerente a todos os seres vivos”²⁶ que colocava a Alemanha mais uma vez em rota para uma conflagração global.

Uma vez que o “comércio internacional se tornava meio de conquista de novos recursos, instrumento de expansão doméstica ao invés de meio para atingir benefícios

²⁴ A *materialschlacht* não apenas se tornava uma nova dimensão dos conflitos militares a partir da Primeira Guerra Mundial como assumia papel determinante em seus desenlaces. DEIST, et al., Op. Cit., p. 195.

²⁵ Ibidem, p. 196.

²⁶ Tradução nossa. Original: “general phenomenon of the ‘domination/occupation of space’ (Raumbewältigung) inherent to each living being”. CURI, Luiz Felipe Bruzzi; LIMA, Danilo Barolo Martins de; PEREIRA, Vinícius Bivar Marra. German economic strategies for Brazil: autarky and extended economic space in the 1930s. *Revista de Historia Económica, Journal of Iberian and Latin American Economic History*, v. 37, n. 3, 2019, p. 484.



mútuos”²⁷, o Estado serviria como direcionador, estabelecendo as prioridades e figurando muitas vezes como principal consumidor, eventualmente dispondendo de instrumentos como ordens, proibições e benefícios financeiros apenas para fazer cumprir suas prioridades relacionadas ao rearmamento e dificilmente interferindo diretamente nas empresas antes do início da guerra. Entendia-se que cabia ao setor privado a expansão da produção tanto de artigos militares, como armamentos, aviões e submarinos, quanto de artigos civis, uma vez que a busca por lucro corrigiria os eventuais erros de planejamento do governo e os recursos privados e o elevado nível de desenvolvimento econômico associado às forças capitalistas permitiriam uma expansão mais veloz da indústria demandada pelo Estado²⁸.

Como resultado dessa estratégia, os esforços de reaparelhamento do exército e os mecanismos governamentais de controle da economia teriam um efeito duplo sobre a eficácia do mecanismo de comércio de compensação: enquanto o consumo interno de manufaturados aumentava a demanda por matérias-primas e exigia importações cada vez mais vultosas, ele restringia os produtos disponíveis para exportação necessários para quitar os saldos inconversíveis de seus parceiros, o que levaria inclusive à interrupção de acordos bilaterais semelhantes ao brasileiro por parte de signatários que acumulavam reservas inconversíveis em excesso²⁹. Com “industriais alemães [que] comumente negligenciam os acordos de exportação em benefício dos lucrativos e menos arriscados negócios locais”³⁰, o esforço de guerra alemão paradoxalmente prejudicava os mecanismos comerciais estruturados de modo a fortalecer o rearmamento.

A importância do algodão na economia alemã

²⁷ Tradução nossa. Original: “international trade became a means of conquering more resources, an instrument of domestic expansion, and not, as the free-trade doctrine postulated, a way for the countries involved to achieve mutual benefits”. Ibidem, p. 487.

²⁸ DEIST, et al., Op. Cit., p. 213-214.

²⁹ Seria o caso de parceiros comerciais do Leste Europeu, além da Turquia. DEIST, et al., Op. Cit., p. 313. Considerando comparáveis dados dos autores na página 365 referentes ao momento imediatamente anterior à guerra e dados de ABREU, Op. Cit., 1999, p. 178, referentes a meados de 1938, o Brasil figuraria na quinta colocação de credores do sistema de compensação alemão, com 30 milhões de marcos, atrás da Itália (107 milhões), Holanda (55 milhões), Hungria (41 milhões) e Suíça (36 milhões) e à frente da Bulgária (22 milhões), Espanha (22 milhões), Argentina (17 milhões), Grécia (17 milhões), Romênia (17 milhões) e Iugoslávia (14 milhões). O saldo brasileiro seria reduzido, no entanto, a 5 milhões ainda em 1938.

³⁰ Comunicação do então ministro da economia, Hjalmar Schacht, com Hermann Göring. As discussões em torno do uso das divisas e da destinação dos produtos manufaturados seriam inclusive a razão pela qual Schacht abdicaria de seus cargos de ministro da economia e de “plenipotenciário da economia de guerra”. DEIST, et al., Op. Cit., p. 311, 314.



O déficit de bens intermediários decorrente da restrição às importações e da dificuldade de ampliação da produção nacional levaria a uma crise já em meados de 1934³¹, incluindo uma interrupção das produções de aço e explosivos, além de uma perigosa contração da disponibilidade de algodão, cujo estoque não superava o suficiente para duas semanas de atividades das indústrias têxteis. Apesar de o governo reduzir as jornadas de trabalho nessas fábricas, no intuito de evitar um colapso total pela falta de matéria-prima, não se tratava de uma produção que podia ser suspensa. Ao contrário, tratando-se de um insumo necessário tanto para a uniformização das numerosas novas tropas quanto para abastecimento das indústrias voltadas ao mercado doméstico em geral, haveria uma disputa entre a destinação civil e a militar das fibras têxteis³².

Embora os déficits de aço, ferro, cobre e outros metais terem sido os mais conhecidos, diretamente associados às indústrias bélicas, o algodão foi parte fundamental do grave problema de abastecimento alemão: o esforço de guerra demandava um fornecedor seguro da fibra que permitisse manter as atividades no setor sem onerar em demasia suas reservas cambiais. A situação era também agravada pelo fato do algodão ser um dos produtos dos quais a Alemanha mais dependia do comércio exterior: enquanto 80% dos alimentos, 62% do zinco, 40% da gasolina, 18% do minério de ferro e 15% da borracha não vulcanizada eram produzidos domesticamente em 1936, apenas 10% dos insumos da indústria têxtil provinham do próprio país³³. A dependência do abastecimento estrangeiro e a necessidade de sustentar as atividades das indústrias têxteis tornariam o algodão o insumo mais custoso da pauta de importações alemã nos primeiros anos do esforço econômico. Correspondendo em média a 6,8% do total das importações realizadas entre 1933 e 1936, o algodão superaria qualquer outra matéria-prima no conjunto das importações alemãs do período:

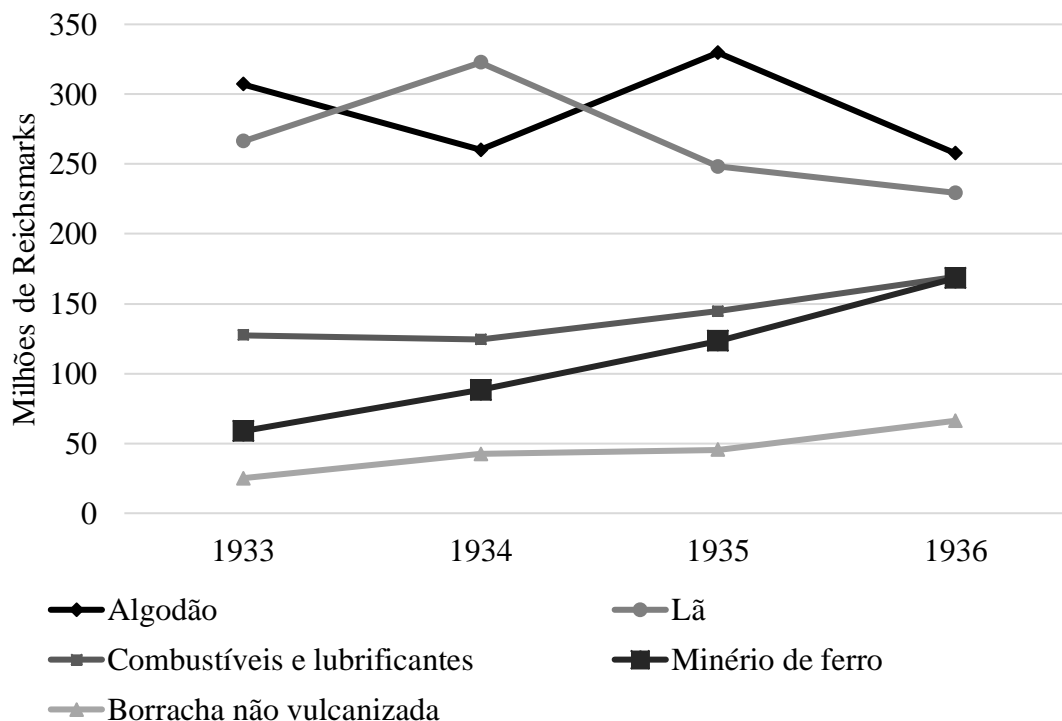
³¹ Em 1936 a falta de bens intermediários limitava as indústrias de munição a funcionar com apenas 70% de sua capacidade, empresas processadoras de borracha trabalhavam sem estoque, com os materiais que recebiam no dia, e indústrias automotivas tiveram de funcionar apenas dois ou três dias por semana. Tratando-se fundamentalmente de uma crise do setor externo, as autoridades governamentais não podiam recorrer à solução de desvalorização cambial para obtenção de mais divisas, uma vez que não apenas encareceriam as importações como também tornariam a elevada dívida externa impagável. DEIST, et al., Op. Cit., p. 242.

³² Ibidem, p. 241-244.

³³ Ibidem, p. 356.



Gráfico 2 – Principais importações alemãs de matérias primas (1933-1936)



Fonte: DEIST, Wilhelm; MESSERSCHMIDT, Manfred; VOLKMANN, Hans-Erich; WETTE, Wolfram. *Germany and the Second World War: The Build-up of German Aggression*. Oxford: Clarendon Press, 1990, p. 256.

Sendo os produtos terminados equivalentes a menos de um décimo das importações alemãs entre 1935 e 1936³⁴, as matérias primas ocupavam espaço central na pauta de importação, com destaque para as fibras têxteis naturais que equivaliam a 12,7% do total, superiores aos 7,2% referentes ao conjunto de minério de ferro, combustíveis e lubrificantes. O déficit crônico de fibras têxteis associado à dependência de importações da matéria prima, ao esgotamento das reservas internacionais e à própria política de busca pela autossuficiência levaria o governo alemão inclusive a investir em fábricas de tecidos de raio, que apesar de elevarem a produção de fibras sintéticas em mais de quatro vezes entre 1935 e 1939, aumentando a autossuficiência em fibras têxteis a 43% ao final da década, produziram volumes aquém dos planejados: a produção de 63,6 mil toneladas de raio em 1935 cresceria para 278 mil toneladas em 1939, 60% do total previsto de 463,4 mil toneladas³⁵. Para as autoridades alemãs, por fim, o algodão também demandava

³⁴ Ibidem, p. 246.

³⁵ Ibidem, p. 304.



atenção especial pela impossibilidade de obter a fibra entre países vizinhos, dentro da zona de influência alemã, considerados como prioritários para ampliar o comércio a fim de formar um cordão de nações aliadas ou neutras que continuariam suprindo a Alemanha em caso de um bloqueio econômico ou quando começasse a guerra. Diferente do combustível romeno, da bauxita húngara e iugoslava, da manteiga dinamarquesa, do couro e linho báltico, do ferro sueco e dos alimentos balcânicos, o algodão tinha de ser importado de mais longe.

O poder de barganha brasileiro

A disposição brasileira a vender segundo as condições alemãs de comércio faria do país o principal fornecedor de algodão da Alemanha nazista ao menos em 1937, quando o algodão brasileiro superaria o estadunidense em volume em 32%³⁶ e supriria 29% das importações alemãs do produto³⁷. A indisposição do principal produtor e exportador de algodão do mundo a negociar por meio de divisas inconvertíveis até 1937 faria do tratado de compensação com o Brasil uma estratégia valiosa para a Alemanha: manter o abastecimento das indústrias têxteis sem gastar as divisas convertíveis essenciais para as demais importações do esforço de rearmamento.

Em 1937, entretanto, os Estados Unidos abririam uma exceção em seus rigorosos princípios multilaterais ao assinar um acordo de permuta de algodão com a Alemanha. O movimento, também interessante do ponto de vista comercial imediato, faria parte de uma política geral de apaziguamento por parte dos Estados Unidos, de tentativas de retomada

³⁶ Conforme dados de CQ RESEARCHER. *Foreign trade in German economy*. Washington: Editorial Research Reports, 1939. Disponível em: <library.cqpress.com/cqresearcher/document.php?id=cqresrre1939030900>. Acesso em 08 de set. de 2020, o Brasil teria exportado 78,4 mil toneladas para a Alemanha em 1937, sendo o volume proveniente dos EUA de 64 mil toneladas, dados que sugerem uma superação da ordem de 22%. Considerando as 84,7 mil toneladas indicadas por BRASIL, 1941a, p. 418, o algodão brasileiro teria superado o estadunidense em 32% na Alemanha naquele ano. Vale destacar que BIDWELL, Op. Cit., p. 388 indica os mesmos montantes de 64 mil e 84,7 mil toneladas.

³⁷ Dados do BRASIL. IBGE. Anuário Estatístico do Brasil – 1938. Rio de Janeiro, 1939, p. 949 indicam que as importações totais alemãs de algodão em 1937 foram da ordem de 294 mil toneladas. Dados de DEIST, et al., Op. Cit., p. 361 indicam que as importações de 1939 foram da ordem de 259 mil toneladas, o que faria as 65,2 mil toneladas brasileiras equivalentes a 25% das importações alemãs naquele ano. Considerando a informação de BIDWELL, Op. Cit., p. 388 de que os Estados Unidos forneceriam 26% do algodão alemão em 1937, a proporção brasileira estaria entre 32% e 34%.



do volume comercial anterior à crise de 1929, de aumento de 36% nos investimentos diretos em manufaturas alemãs (em um período de desinvestimento da ordem de 5% no resto da Europa) e de diversos projetos políticos no intuito de tentar impedir uma guerra da qual o país dificilmente poderia se manter fora³⁸. Nas palavras do embaixador estadunidense em Londres, quatro anos antes da eclosão do conflito:

Tenho muitas dúvidas se poderemos nos manter fora de uma grande conflagração europeia. Tentamos de verdade antes, sem sucesso. Portanto, a questão que se coloca é o que podemos fazer para auxiliar no apaziguamento da Europa em nome de nossos próprios interesses³⁹.

A assinatura do acordo de permuta de algodão, cobre e petróleo estadunidenses culminou em 1939 com metade do comércio entre Alemanha e Estados Unidos sendo realizado em marcos de compensação. Não obstante esse aceleração do comércio alemão com o maior produtor e exportador da fibra, o comércio brasileiro de algodão com a Alemanha não sofreria reveses, sendo o volume recorde de 84,7 mil toneladas de 1937 quase repetido em 1938, quando seriam exportadas 81,8 mil toneladas ao país. Se a economia alemã reconhecidamente carecia de fibras naturais para abastecer suas indústrias têxteis em meio ao esforço de rearmamento, a continuidade das exportações brasileiras após a retomada do comércio alemão com os Estados Unidos seria também sintomática da robustez da oferta brasileira de algodão, que atingia no período elevado grau de aperfeiçoamento, com preços e qualidades similares às dos produtos estadunidenses⁴⁰.

As exportações de algodão para a Alemanha de 1937 e 1938 repetiam o sucesso de 1935, quando foram exportadas 82,3 mil toneladas. O ano de 1936, entretanto, entremearia o período com uma importante redução do volume exportado para a Alemanha apesar do crescimento tanto da produção brasileira (18%, ou 54,2 mil toneladas adicionais em relação a 1935) quanto das exportações brasileiras totais do produto (44%,

³⁸ “Key American diplomats often hoped that economic concessions might appease Germany politically, and they were prepared to hedge their liberal principles”. OFFNER, Arnold A. *Appeasement Revisited: The United States, Great Britain, and Germany, 1933-1940. The Journal of American History*, v. 64, n. 2, 1977, p. 376.

³⁹ Tradução nossa. Original: "I am more than doubtful whether we could keep out of a great European conflagration. We tried hard once before, with no success. Therefore the question arises as to what we can do in our own interest to aid an appeasement in Europe". *Ibidem*, p. 378.

⁴⁰ BRANDIS, *Op. Cit.*, p. 97, 72.



ou 61,7 mil toneladas adicionais em relação a 1935)⁴¹. Registradas apenas 41,4 mil toneladas entre os dois mais significativos anos do comércio teuto-brasileiro do período, as reduzidas exportações de 1936 decorreram de uma interrupção das vendas durante as renegociações do tratado de compensação, que teriam no algodão importante alavanca de barganha. O esforço alemão em manter o algodão dentro do tratado de compensação durante a renegociação do acordo bilateral em 1936, enfim, é uma importante evidência do interesse alemão e da importância do produto para a economia do país:

Depois de muita barganha, com a Alemanha tentando fundamentalmente aumentar suas compras de algodão, enquanto os brasileiros queriam aumentar suas exportações dos demais produtos, chegou-se a um acordo para vigorar por um ano. Este estipulava a renovação do acordo comercial NMF e um compromisso alemão de permitir a entrada de 1,6 milhão de sacas de café, além de quotas para carne, fumo, laranjas, bananas e castanhas-do-pará. O Brasil, por sua vez, comprometia-se a fornecer até 62.000 toneladas de algodão⁴².

Além da ideia de que as exportações do produto para a Alemanha perturbavam o comércio brasileiro de algodão em geral, não havendo garantias da continuidade e estabilidade da demanda alemã pelo produto relativamente a outros compradores, a exclusão do algodão na retomada das exportações que antecedeu a renegociação permitiu que autoridades brasileiras aumentassem exportações de produtos de mais difícil inserção no mercado internacional e de produtos com importância política para o regime de Vargas. Usado como alavanca de barganha, enfim, o algodão evidencia contra noções estadunidenses do período de que o sucesso comercial alemão na América Latina advinha de políticas agressivas e ameaças comerciais por parte do governo alemão⁴³. O núcleo das relações teuto-brasileiras residia no comércio, mas não como consequência de pressões da potência europeia. Ao contrário, o comércio de compensação derivava de condições específicas de benefício mútuo, sendo as tentativas alemãs de alinhamento político celeremente rechaçadas pelo Brasil a partir de sua bem estabelecida posição comercial:

⁴¹ Exportações adicionais absorvidas pelo Japão (40,8 mil toneladas adicionais), Inglaterra (39,9 mil toneladas adicionais), e outros países (21,9 mil toneladas adicionais). *Ibidem*, p. 76; BRASIL, 1937, p. 382.

⁴² ABREU, Op. Cit., 1999, p. 165-166.

⁴³ "Germany was in a position to work her clearing agreements effectively only because the entire control of her trade, both domestic and foreign, was in the hands of the German Government. Germany was thus able to threaten to reduce imports of Brazilian cotton, cacao or coffee, of Turkish tobacco and Hungarian horses, unless corresponding purchases were made of German goods". BIDWELL, Op. Cit., 1939, p. 384



Logo depois do golpe que instaurou o Estado Novo, as autoridades brasileiras proibiram qualquer atividade política e cultural do Partido Nazista junto a teuto-brasileiros no Sul do Brasil. Após esperar mais de duas horas para ser atendido por Vargas, o Embaixador alemão (Karl Ritter) declarou ao presidente que, se a proibição não fosse suspensa, as relações comerciais poderiam sofrer uma interrupção. Como Ritter esperava, Vargas respondeu que não desejava tratar dessas duas questões conjuntamente. ‘Essas questõezinhas’, acrescentou Vargas no seu francês lento e preciso, ‘não deviam prejudicar o exame de coisas mais importantes, como por exemplo a realização de grandes encomendas na Alemanha para o Exército brasileiro’. ‘Eu (Ritter) o interrompi dizendo se a questão ligada ao Partido lhe parecia sem importância, o melhor seria ceder, pois essa questão revestia aspecto fundamental para a Alemanha. Além disso, o desenvolvimento dos negócios, ainda que em grande escala, não possuía maior significação para nós’. Vargas deu a impressão de aceitar essa argumentação, mas, sabendo que a Alemanha necessitava matérias primas brasileiras, permitiu que a proibição continuasse⁴⁴.

O início da guerra acarretaria na já antecipada interrupção do fluxo de mercadorias provenientes tanto de países que se tornavam inimigos quanto de países neutros impedidos de fazer comércio pelos bloqueios marítimos⁴⁵. Do Brasil, que vendera ao país 355,5 mil toneladas de algodão entre 1935 e 1939⁴⁶, a Alemanha deixaria de receber qualquer volume a partir de 1940. Os economistas de guerra alemães perceberiam que, apesar da circunstância favorável do “Norte da Europa disposto a fornecer matérias-primas” e da ampliação do espaço econômico decorrente das anexações e invasões, a ambicionada “economia de guerra à prova de bloqueios” “poderia ser atingida apenas parcialmente”⁴⁷. As carências de insumos seriam agravadas, as importações de algodão

⁴⁴ De fato, a proibição não seria revogada e a Alemanha não abriria mão do comércio com o Brasil. WIRTH, John Davis. *A Política do Desenvolvimento na Era Vargas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1973 apud ALBUQUERQUE, Rui Henrique Pereira Leite de. *Capital comercial, indústria têxtil e relações de produção na cotonicultura paulista (1920 – 1950)*. Universidade Estadual de Campinas, Departamento de Economia e Planejamento Econômico, Campinas, 1981, p. 224. É interessante destacar, ademais, que Ritter desempenharia papel proeminente desde o início dos tratados econômicos entre o Brasil e o Terceiro Reich, nomeado embaixador após sua participação nas negociações dos acordos comerciais, quando defendia que a necessidade de industrializados do Brasil era complementar às demandas alemãs por matérias primas, em especial por algodão. Seu afastamento em setembro de 1938 resultaria, entretanto, exatamente das proibições e perseguições políticas do Estado Novo. CURI, et. al., Op. Cit., p. 490-493, 502.

⁴⁵ Imediatamente antes da guerra, apenas 44% das importações de alimentos e 33% das importações de matérias-primas eram consideradas asseguradas, provenientes da Itália, Tchecoslováquia, Hungria, Romênia, Iugoslávia, Bulgária, Grécia, Dinamarca, Noruega, Suécia, Finlândia, Estônia, Letônia, Lituânia, Bélgica, Holanda, Suíça e Rússia. No conjunto das importações, 60% eram consideradas de continuidade duvidosa. DEIST, et al., Op. Cit., p. 352.

⁴⁶ BRANDIS, Op. Cit.; BRASIL. IBGE. Anuário Estatístico do Brasil - 1937. Rio de Janeiro, 1937, p. 382; BRASIL, 1941, p. 418;

⁴⁷ Tradução nossa. Original completo: “But generally it was being realized that a blockade-proof war economy, even with the greatest effort and in the most favourable circumstances – i.e. Northern Europe being willing to supply raw materials in a war – could be ‘achieved only to a limited extent’”. DEIST, et al., Op. Cit., p. 357.



em 1940 seriam menos da metade daquelas realizadas em 1939, quando o Brasil ainda abastecera o país com 65,2 mil toneladas⁴⁸. A URSS, que fornecera menos de 1% do algodão importado pela Alemanha em 1939, se tornaria responsável por 59% das entradas de algodão no país em 1940, com 71 mil toneladas de algodão de origem estadunidense, ilegal do ponto de vista dos bloqueios Aliados⁴⁹.

A especificidade do comércio de compensação e o modelo nipo-brasileiro

O modelo de comércio de compensação acordado com a Alemanha para fortalecer o intercâmbio de algodão e de outras mercadorias contrastava com outros modelos comerciais estabelecidos entre Brasil e outros países no período, sendo o caso nipo-brasileiro o mais significativo por ter no algodão seu principal produto e por despontar exatamente nos anos finais da década de 1930. Quadruplicado o comércio internacional japonês entre o início da década de 1910 e o fim da década de 1920⁵⁰, o Japão tinha como mais importantes produtos de exportação os tecidos de algodão e seda e a seda crua, que somavam 62% das exportações⁵¹. Produzindo em teares nacionais de custo equivalente a um sexto dos teares britânicos importados, o Japão conquistou não apenas o mercado asiático de tecidos de algodão, mas vendeu seus produtos da África Central ao Canadá em meio à Primeira Guerra⁵². Desse comércio derivava que o principal produto de importação fosse o algodão, gênero subtropical inadequado ao cultivo no país, cujas compras equivaleram a um quarto das importações em 1928. Com a Grande Depressão e a redução da demanda internacional por produtos de seda, os tecidos de algodão ganharam

⁴⁸ BRASIL, 1941, p. 418.

⁴⁹ DEIST, et al., Op. Cit., p. 361. A descoberta britânica de que a Rússia teria servido como corredor para o produto entrar em território alemão seria motivo de atritos entre Roosevelt e o novo embaixador britânico nos Estados Unidos, Lord Halifax, em fevereiro de 1941. DAVIS, Jonathan, M. *The Ministry of Economic Warfare: Anglo-American relations from 1939-1941*. Liberty University, Lynchburg, 2013.

⁵⁰ DELANGHE, Henri. Japanese imports of Brazilian raw cotton in the second half of the 1930s: the beginning of significant japanese-brazilian trade and investment relations. *História econômica & história de empresas*, v. 2, n. 2, 1999, p. 87.

⁵¹ Curiosamente, a prioridade japonesa dada às exportações levaria o governo imperial a proibir o uso civil de tecidos de algodão, reservados ao exército e, especialmente, ao setor externo, de modo a maximizar as receitas de exportação. Domesticamente, a alternativa seria a substituição pelo raio. NOGUEIRA, Op. Cit., p. 13.

⁵² NOGUEIRA, Arlinda Rocha. São Paulo, o algodão e o japonês na década de trinta. *Jornal do Imigrante*, v. 8, n. 89, 1985, p. 11.



ainda maior importância na pauta de exportação, passando de 18% para 23%⁵³, tornando o Japão o maior exportador de tecidos de algodão do mundo, com volume 3% acima do britânico em 1933⁵⁴.

Acumulando déficits comerciais significativos com muitos dos países de quem importava, passando por um processo de industrialização e militarização demandante de recursos, sofrendo uma piora em seus termos de troca e tendo em seu mais importante produto de exportação uma completa dependência externa para obtenção da principal matéria-prima, o algodão, o Japão se esforçava para rever sua inserção no comércio internacional em meados da década de 1930⁵⁵. O modelo seguido pelas autoridades japonesas, entretanto, destoava daquele buscado pelo governo alemão, ainda os países enfrentassem circunstâncias comparáveis de crise externa: como resultado da decisão de “se esforçar para comprar recursos naturais [de países não familiarizados com produtos japoneses] ao ponto de que eles comprem produtos japoneses, com o propósito de torná-los clientes fiéis”⁵⁶, o Japão enviaria missões a diversos países no intuito de ampliar seus mercados. O Brasil, interessante pelo tamanho de sua população, pela velocidade de seu

⁵³ Seda crua e tecidos de seda declinaram de 44% para 17% das exportações. Os produtos que mais cresceram, maquinaria, ferro e automóveis, não atingiram conjuntamente um terço do valor das exportações de tecidos de algodão. DELANGHE, Op. Cit., p. 89, 93.

⁵⁴ NOGUEIRA, Arlinda Rocha. Op. Cit., 1985, p. 13.

⁵⁵ A situação era agravada também pelo protecionismo do Império Britânico, que aproveitava seu imenso território colonial para conter o avanço japonês e recuperar sua supremacia no mercado mundial de tecidos. Além de cotas de importação e proibições no Egito, Somalilândia Britânica, Gâmbia, Costa do Ouro Britânica, Nigéria, Serra Leoa, Chipre, Malta, Ceilão, Malásia, Sarauaque, Ilhas Maurício, Barbados, Jamaica, Ilhas Sotavento, Trindade e Tobago, Fiji, Guiana Britânica, Honduras Britânicas e Seicheles, o verdadeiro golpe às exportações japonesas veio da tarifa de 75% imposta sobre os tecidos japoneses na Índia, que derrubou a parcela indiana das compras totais de tecidos de algodão do Japão de 28% em 1932 para 15% em 1934. DELANGHE, Op. Cit., p. 95-96.

⁵⁶ Tradução nossa. Original: “Japan will make an effort to buy their natural resources to the extent that they will buy its products, and this with the purpose of turning them into loyal clients”. La politique d'expansion commerciale: *Bulletin d'Informations Économiques et Financières Japonaises*, apud DELANGHE, Op. Cit., p. 99.



desenvolvimento econômico e pelo conveniente crescimento de sua produção de algodão, prontamente despertou o interesse japonês⁵⁷.

Sob recomendação do líder da missão ao Brasil, Hirao Hachisaburo, o Japão aplicou capitais no desenvolvimento do plantio e do beneficiamento de algodão no Brasil, aproveitando a circunstância favorável dos imigrantes japoneses anteriores já estabelecidos em zonas rurais brasileiras para promover o cultivo do algodão⁵⁸. Assim, enquanto o governo nipônico estimulou empresas japonesas a atuarem tanto no beneficiamento do produto⁵⁹ quanto no financiamento da lavoura⁶⁰ em território brasileiro, atuando diretamente a favor da expansão da economia do algodão no Brasil a partir de 1936 e pagando pelo produto em divisas conversíveis, sem comprometer o Brasil com acordos que colocassem em questão as condições de comércio com o maior parceiro do país, a solução encontrada pelo governo alemão na política bilateral de comércio de compensação era considerada disruptiva tanto domesticamente quanto internacionalmente.

⁵⁷ “Brazil was just then becoming again an important producer of raw cotton of equal quality to, and lower price than, American cotton. By importing it, Japan could hope to increase her exports to Brazil while, at the same time, reducing the trade deficit with the United States. [...] the leader of the mission, Hirao Hachisaburo, [...] said — Brazil is big, not densely populated, and rich in natural resources. Therefore, it was quite natural that Brazil, the country with the potential of becoming the biggest agricultural producer, and Japan, striving to become the world's most advanced industrial country should develop trade relations. The problem before was that Brazil only grew coffee, a commodity not consumed in large quantities by Japan. [...] However, coffee production and trade had now collapsed, and a move towards other crops was going on. Because of physical conditions, none was as successful as cotton, precisely the commodity of which Japan needed large quantities”. DELANGHE, Op. Cit., p. 99-100.

⁵⁸ Diferente dos imigrantes de demais nacionalidades que, atraídos pelo nível salarial superior, fixavam-se nos centros urbanos, os agricultores japoneses egressos dos cafezais se estabeleceram maciçamente em núcleos agrícolas. Em 1934, enquanto 10.828 japoneses viviam nas cidades, 120.811 trabalhavam no campo. NOGUEIRA, Arlinda Rocha. São Paulo, o algodão e o japonês na década de trinta. *Jornal do Imigrante*, v. 8, n. 89, 1985, p. 19-20. Essa tendência foi reforçada pelo movimento migratório em meados da década, dado que 98,6% dos 19.912 imigrantes japoneses chegados entre 1935 e 1937 eram agricultores: 9.611 imigrantes em 1935, sendo 9.602 agricultores, 5.679 em 1936, dos quais 5.561 eram agricultores e 4.622 em 1937, com 4.473 agricultores. É importante destacar que a média anual de imigrantes japoneses no Brasil entre 1924 e 1933 foi de 11.019 e que, embora a tendência de redução no contingente de imigrantes não fosse inesperada considerando o ritmo de industrialização e militarização do Japão, os dados indicam uma situação inversa daquela apontada por Caio Prado Jr.: “O império oriental contará para isto com a imigração de seus súditos para o Brasil que, embora já encetada desde longa data (1908), toma grande impulso depois de 1930, sendo então ativamente estimulada e oficialmente amparada”. BRASIL, 1936; BRASIL, 1937; BRASIL, 1939; BRASIL, 1941a; PRADO JÚNIOR, Op. Cit., p. 276-277.

⁵⁹ Exemplos seriam a Algodoeira do Sul, Algodoeira Bratac e Brazcot, sendo esta última responsável anualmente pelo processamento de 19 mil toneladas de algodão. NOGUEIRA, Op. Cit., p. 18.

⁶⁰ Exemplos seriam os bancos Tozan e Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha. ALBUQUERQUE, Op. Cit., p. 241.



Conclusão

Tabela 2 – Exportações brasileiras de algodão por destino em toneladas (1929-1945)

Ano	Total	Grã-Bretanha	Alemanha	Japão	Outros
1929	48.728	41.537	1.990	-	5.201
1930	30.416	18.721	4.353	-	7.342
1931	20.779	14.225	1.995	-	4.559
1932	515	176	132	-	207
1933	11.693	9.449	392	81	1.771
1934	126.548	66.340	21.442	1.696	37.070
1935	138.630	25.939	82.329	2.492	27.870
1936	200.313	65.821	41.403	43.328	49.761
1937	236.181	47.330	84.746	50.918	53.187
1938	268.719	50.448	81.803	60.159	76.309
1939	323.539	47.857	65.218	77.806	132.658
1940	224.265	53.143	-	64.193	106.929
1941	288.274	38.016	-	53.014	197.244
1942	153.954	32.844	-	-	121.110

Fontes: BRANDIS, Op. Cit. (1929 até 1935 e 1945); BRASIL, 1937, p. 382 (1936); BRASIL, 1941a, p. 418 (1937 até 1939); BRASIL, 1946, p. 268 (1940 até 1944).

Nota: Dados anteriores a 1936 não foram localizados entre os anuários estatísticos do IBGE. Entretanto, dados utilizados de Royall Brandis citam como fonte o “Brazilian Government Trade Bureau” e, para os anos de 1936 a 1944, os valores fornecidos pelo autor coincidem precisamente com os encontrados nos três anuários estatísticos do IBGE referentes a 1937, 1939/1940 e 1941/1945, convertidos valores em “bales” para quilogramas (478 libras por “bale” e 0,453592 quilogramas por libra).

Exportadas 707,4 mil toneladas à Alemanha e ao Japão juntos entre 1935 e 1941, do início do comércio mais significativo com a Alemanha ao fim das exportações ao Japão, a Alemanha foi o destino de 30% das exportações brasileiras de algodão entre 1935 e 1939 enquanto o Japão, que percorreu uma trajetória comercial com o Brasil bastante distinta da alemã, recebeu 23% da fibra exportada entre 1936 e 1941. Responsável pela maior parte das compras tanto no ano inaugural do surto, 1934, quando adquiriu mais da metade do algodão brasileiro vendido no exterior, quanto em anos em que as compras de seus adversários vacilaram, como 1936 e 1940, a Grã-Bretanha, historicamente maior importadora do algodão brasileiro, foi destino de 328,6 mil toneladas no mesmo período, equivalente a 20% das exportações.

O esforço de guerra alemão, que determinou o aumento das compras de algodão brasileiro ao ponto de tornar o Brasil seu principal fornecedor, permitiu que a Alemanha mantivesse o abastecimento do mais custoso artigo de sua pauta de importações sem



depende de divisas conversíveis necessárias para as importações provenientes de países não signatários de acordos semelhantes. Para o Brasil, o tratado arriscou as relações com os Estados Unidos e comprometeu um produto que encontraria outros compradores no mercado internacional capazes de pagar em divisas conversíveis, úteis para promover de maneira mais imediata os pagamentos das dívidas externas e a recuperação das reservas de divisas. Apesar disso, o algodão comercializado com a Alemanha não apenas viabilizou importações mais baratas de maquinário e equipamentos importantes para o desenvolvimento econômico do país, como também facilitou o reequipamento das Forças Armadas em um período de acirramento dos conflitos internacionais, alavancou exportações de outros produtos nacionais com importância política e econômica e assegurou que as relações teuto-brasileiras se limitassem ao comércio, não comprometendo o Brasil também no plano ideológico com a Alemanha beligerante.

Fontes

BRASIL. IBGE. Anuário Estatístico do Brasil - 1936. Rio de Janeiro, 1936.

BRASIL. IBGE. Anuário Estatístico do Brasil - 1937. Rio de Janeiro, 1937.

BRASIL. IBGE. Anuário Estatístico do Brasil – 1938. Rio de Janeiro, 1939.

BRASIL. IBGE. Anuário Estatístico do Brasil - 1939/1940. Rio de Janeiro, 1941.

BRASIL. IBGE. Anuário Estatístico do Brasil - 1941/45. Rio de Janeiro, 1946.

BRASIL. IBGE. Anuário Estatístico do Brasil - 1946. Rio de Janeiro, 1947.

CQ RESEARCHER. *Foreign trade in German economy*. Washington: Editorial Research Reports, 1939. Disponível em: <library.cqpress.com/cqresearcher/document.php?id=cqresrre1939030900>. Acesso em 08 de set. de 2020.

VARGAS, Getúlio. *Diário: Volume II, 1937-1942*. 1 ed. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995.

Referências

ABREU, Marcelo de Paiva. *O Brasil e a economia mundial: 1930-1945*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.



ABREU, Marcelo de Paiva. *A Ordem do Progresso: Dois séculos de política econômica no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2014.

ALBUQUERQUE, Rui Henrique Pereira Leite de. *Capital comercial, indústria têxtil e relações de produção na cotonicultura paulista (1920 – 1950)*. Universidade Estadual de Campinas, Departamento de Economia e Planejamento Econômico, Campinas, 1981.

BIDWELL, Percy Wells. Latin America, Germany and the Hull Program. *Foreign Affairs*, v. 17, n. 2, 1939.

BRANDIS, Royall. Cotton competition, U.S. and Brazil: 1929-1948. *American Journal of Agricultural Economics*, v. 34, 1952.

CORSI, Francisco Luiz. O projeto de desenvolvimento de Vargas, a Missão Oswaldo Aranha e os rumos da economia brasileira. In: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra (org.). *A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

CURI, Luiz Felipe Bruzzi; LIMA, Danilo Barolo Martins de; PEREIRA, Vinícius Bivar Marra. German economic strategies for Brazil: autarky and extended economic space in the 1930s. *Revista de História Económica, Journal of Iberian and Latin American Economic History*, v. 37, n. 3, 2019.

DEIST, Wilhelm; MESSERSCHMIDT, Manfred; VOLKMANN, Hans-Erich; WETTE, Wolfram. *Germany and the Second World War: The Build-up of German Aggression*. Oxford: Clarendon Press, 1990.

DELANGHE, Henri. Japanese imports of Brazilian raw cotton in the second half of the 1930s: the beginning of significant japanese-brazilian trade and investment relations. *História econômica & história de empresas*, v. 2, n. 2, 1999.

NOGUEIRA, Arlinda Rocha. São Paulo, o algodão e o japonês na década de trinta. *Jornal do Imigrante*, v. 8, n. 89, 1985.

OFFNER, Arnold A. Appeasement Revisited: The United States, Great Britain, and Germany, 1933-1940. *The Journal of American History*, v. 64, n. 2, 1977.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. 35 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.